

5.- FUMAÇA E PROGRESSO, UM DRAMA DE TREVA E LUZ

José Manuel de Carvalho Marta ¹¹

RESUMO

O estudo tem uma preocupação com o imaginário de uma região de fronteira, relativo à fumaça e sua relação com a saúde da população e o progresso como signo de desenvolvimento. A ênfase dada à questão da fumaça e do progresso tenta mostrar um histórico de um período de transição entre a implantação da cidade de Sinop e o seu processo de industrialização. Mostra um perfil epidemiológico da saúde em um bairro madeireiro, evidenciando a questão da fumaça como um dos determinantes das doenças respiratórias. Aborda, ademais, temas como colonização, industrialização e desenvolvimento econômico. Termos Para Indexação: Fumaça, Progresso e Saúde.

5.1 - INTRODUÇÃO

Um estudo de representações sociais necessita ter na sua compreensão um processo histórico, que permita mostrar e deixe a nu certos elementos que as compõem, enquanto imaginário coletivizado da sociedade estudada. Para isso é importante se obter registros que permitem “descobrir caracteres pelos quais o objeto de estudo se define, durante o período da sua existência”, tais como se desenvolveu, como se complicou, como veio à tona e em que momento ocorreu ou ocorre o evento.

O presente estudo pretendeu ao longo do trabalho ter essas características, por apresentar-se contextualizado em um processo histórico, não estruturado em uma cronologia rígida

¹ Professor Adjunto do Departamento de Economia da Faculdade de Administração, Economia e Ciências Contábeis (FAECC) da UFMT.

dos fatos, em uma cidade da fronteira de ocupação recente na Amazônia, onde foi desenvolvendo uma percepção do imaginário e do real.

É possível ainda nessa região ter-se informantes de todas as etapas discutidas, onde os fenômenos estudados - a fumaça e o progresso - se apresentam com as representações mais diversas que vão desde a subjetiva compreensão do risco de acidente automobilístico até a realidade objetiva da tosse brônquica da criança, nas noites mal iluminadas das serrarias, do bairro São Cristóvão.

Os trabalhadores, pais dessas crianças, gastam com serviços médicos meio salário de um mês de trabalho para minorar aquela aflição, passando pelo trabalho de lavar roupa aos domingos quando os resíduos não se ocupam com as roupas do varal; vêem a impossibilidade de andar da criança que queimou as duas pernas, ou as constantes ameaças de retirar investimentos, reduzir os impostos, não oferecer empregos.

Essas coisas tão disparatadas têm em comum a representação social que a população de SINOP tem da fumaça causada em grande parte pelas serrarias, ditas 300 empresas, que despejam fuligem, partículas sólidas e gases os mais diversos sobre a população sem muita distinção de classe.

Durante todo o período em que esta pesquisa se realizava, naquela cidade (03 a 15 de julho de 1995), a fumaça permanecia impávida, como se fosse a sentinela de uma discussão estabelecida entre o poder público municipal e o empresariado, já havia algum tempo. Nos postos de saúde, na secretaria municipal, nas entrevistas com o secretário, com as enfermeiras e funcionárias da saúde e do meio ambiente, nas casas das pessoas, nos sindicatos, nas indústrias, nas salas de aula onde trabalhei com alunos de geografia, enfim, em toda a cidade, lá estava o gendarme do progresso presente e disciplinado.

Assim, a constatação pessoal em certos momentos poderá reforçar pontos de vista que foram impregnados, usando o tema, pelas discussões em aula de Representações Sociais em Saúde.

5.2 - FUMAÇA E PROGRESSO: SIGNO E REALIDADE

A questão proposta para discussão é a fumaça, enquanto signo de progresso. O tema em si surge na literatura acadêmica, nos trabalhos jornalísticos, nos meios intelectuais, mas a preocupação maior se prende à fumaça como indicador

significativo do processo de produção industrial, portanto marcado no tempo: pós-Revolução Industrial, espalhando-se da Europa para a América Latina e na necessidade de transformar uma economia determinada pela Divisão Internacional do Trabalho em estática produtora de matérias-primas, em economia que elabore produtos manufaturados dentro da dinâmica capitalista, ainda que essa economia continue reflexa e dependente. Assim a marca da transformação em processo tem “no conjunto das mudanças uma certa continuidade e sentido”. Esse sentido é dado pela transformação global de um sistema econômico-social de base não industrial.

A reprodução interna do processo expansionista exige, nos termos do capitalismo vigente, uma ampliação cada vez maior das unidades produtoras e, portanto, de mercado, necessitando de uma transferência de indústrias antes localizadas nos centros hegemônicos para regiões periféricas. Tais indústrias têm características importantes para efeito da análise quanto ao seu padrão de distribuição espacial e à atividade produtiva.

O padrão acima referido se expressa pela tipologia classificatória que se estabeleceu no Brasil a partir do II PND, de 1974, caracteristicamente definido pela argumentação:

- a) a existência de setores produtores de bens intermediários (minerais não metálicos, metalurgia, madeira, papel e celulose e química) tem crescido a sua participação mais que outros gêneros industriais;
- b) os setores já referidos são mais poluentes e mais intensivos em recursos naturais que a média das indústrias de transformação;
- c) a indústria de bens intermediários está se desconcentrando especialmente em nível nacional;
- d) há razões ambientais sérias para o deslocamento desses segmentos da indústria.

5.3 - A OCUPAÇÃO DA TERRA, A QUEIMADA E A POEIRA DO CHÃO

Na esteira do modelo em voga, desenvolver-se-á um processo representativo de uma desconcentração industrial da região hegemônica para as regiões mais distantes, desprovidas dos meios e modos para a implantação da primeira etapa de um

processo de ocupação - a agricultura. Para essa etapa, a ineficiência na produção de matérias-primas será superada por um pacote tecnológico, financiamentos fartos e subsidiados... Depois o desalento, o abandono da terra e a migração... Amansada a terra bravia, só ficou o pó da estrada misturado à fumaça das queimadas...a esperança tinha vindo e ido na frente... (Oliveira, 1983, p. 20-35).

A cidade ficou plantada ao longo da BR-163, no eixo norte sul da Transamazônica - a Cuiabá-Santarém - na estrada denominada Euclides da Cunha. Um núcleo urbano com um aspecto nebuloso, mas novo e progressista, como pode ser uma cidade da Amazônia - nova e progressista. A névoa fumarenta não esconde, apenas atenua, a imagem das casas construídas na planície onde se traçariam e construiriam avenidas largas, a exemplo da colonização inglesa do Norte do Paraná, de onde veio o próprio nome da cidade- Sociedade Imobiliária do Norte Paranaense: SINOP- além da maioria dos moradores. Esconde muito mais do que as representações sociais teimam em transparecer.

Mas a rodovia que pretende ser a homenagem ao criador do "Paraíso Perdido", Euclides da Cunha, não o deixaria à vontade, com seu nome ligado à agressão à natureza, pois foi um dos pioneiros no protesto, em vida, contra a queimada de que se alimentam os símbolos do progresso, no começo do século: "... em toda a extensão das linhas férreas contempla-se desmedidas rumas de madeira em achas ou em toras aglomeradas em volumes consideráveis de centenas de estéreos... São o combustível das locomotivas que se diluem cada dia na fumaça das caldeiras. São hectares e mais hectares de nossa floresta tropical" (Apud, Vitor, M.-1979).

A descrição euclidiana lembra a nova estrada de ferro, a rodovia - direção e sentido do progresso sinopeano - com suas rumas de toras desarrumadas para serem engolidas pelas máquinas das serrarias e indústrias madeireiras. Essa estrada, agora de rodagem, marco e símbolo do progresso na região Amazônica, não está só. Outros tótemes vão sendo erigidos em seu nome: o telégrafo, as ferrovias, as fábricas e os engenhos, todos construídos sob a necessidade da expansão significativa e concreta do capitalismo industrial do século XVIII. A burguesia, classe hegemônica e dirigente desse aparato totêmico, tem no lucro a sua satisfação e prazer mais objetivo e imediato, mas tem a obrigação, a função, o dever mesmo de reproduzir esse lucro para que continue existindo como classe

hegemônica e dominante. A lógica reprodutivista do capital e do lucro acumulado, em regiões como essa, cujo progresso técnico vai cada vez mais se expandindo e se consolidando, dentro dos marcos do capitalismo industrial, legítima, em última análise, suas representações, aquilo que poderia ser chamado como demonstração de força. Essa forma se apresenta na busca da apropriação de poder cultural, político, mas fundamentalmente econômico.

As conseqüências desse tipo de atuação se refletem em atores que participam em funções menores na escala de poder, dentro ou fora do processo produtivo, aqueles cujo desempenho se deu ou se dá em outras regiões (aposentados, inválidos, migrantes de modo geral), ou que sucumbiram ao novo processo, como por exemplo os nativos e caboclos, muitas vezes pessoas em busca de prestígio e status, vindas de outras regiões, onde lá os deixaram. Na verdade, essa parte da população se torna passiva e cativa das conseqüências que melindram sua saúde, a educação, o modo de trabalhar e produzir. Obrigam-se a reproduzir valores da nova classe, exigindo, conseqüentemente, novos tótemes, viabilizando as religiões construídas, com todos os seus mistérios.

5.4 - A BUSCA DO SONHO

Das populações que vieram para Sinop na década de 70, 17,7% procuravam encontrar aquilo que chamou um pesquisador a vontade de ter “melhores condições de vida para si e para sua família”. Outros atenderam ao chamado de parentes e amigos que já residiam no local - eram 10%. Portanto, 27,7% daqueles que responderam à pesquisa, até o final da década de 70, buscavam uma melhor vida, ao menos como expectativa. Além desses, outros 13% acreditaram na propaganda da colonizadora que insistia em “poder colonizar a Amazônia”, atendendo ao chamado do governo. Eram, portanto, quase 40% dos pesquisados que deixaram o sul na esteira do progresso, na busca de um mundo melhor (Oliveira, 1983:83).

O progresso deveria ocupar, vertebrar, rasgar de estradas aquela área deserta da Amazônia Brasileira, como já fizera

antes grandes brasileiros, que instalaram o progresso com seus telégrafos, previram locomotivas.

Afinal o progresso estaria passando pelo “portal sul da Amazônia”, e os empregos estariam nascendo nas serrarias que se instalavam e que compravam as toras extraídas por aquela gente que tinha vindo em busca de uma vida melhor. A maior reivindicação naquele momento era o asfaltamento da rodovia, que pode trazer o óleo diesel, necessário à produção de energia. Mas, enquanto isso, as serrarias eram produtoras de madeira serrada para a construção civil e fabricação de móveis e mais que isso, eram produtoras de um subproduto residual que aumentava os custos e nenhuma receita - a serragem.

5.5 - PLASMANDO O SONHO

A grandiosidade da mata permitiria imaginar a riqueza sem limites, mas a falta de condições de manejá-la significava muitas vezes a fome e a frustração. Muitos abandonaram os campos e a mata. A cidade, como alternativa, apesar do seu espaço grandioso, tinha um aspecto sujo, enlameado, com grandes espaços mal cuidados. Já no período seco a marca era a da poeira nas ruas, a fumaça das serrarias e as queimadas do campo e da mata. O que era pior?, perguntavam-se as pessoas perplexas. Ficava tão perto da abundância, “da riqueza do Mato Grosso”, e na ausência de benesses de conforto e “melhor vida para a família”.

Havia mesmo, para quem chegasse na cidade naqueles anos, a referência em tudo semelhante a duzentos anos sobre a origem das doenças, quando Chadwick dizia que as “emanações provenientes da terra e de detritos e da sujeira em geral seriam a causa das doenças”. Mas era evidente que a raiz das representações deveria ser transportada no tempo e no espaço, como qualquer representação social, no dizer de Durkein... A razão tem maneiras diversas de ultrapassar o alcance dos conhecimentos empíricos [Durkein (1985 :158)].

Com o tempo, o simbolismo das representações daria lugar a uma importação de técnica, também representativa na nova ordem estabelecida. A permeabilidade do solo e os lençóis freáticos eram limitação suficiente para justificar a cidade suja e enlameada. Por isso, deveriam ser feitos serviços

de drenagem que permitissem não só asfaltar as avenidas e ruas mas também manter intactos os mortos e seus caixões, expulsos de suas covas pela força do lençol freático.

Na década de 80, a cidade ainda era escura á noite, não se via a fumaça, havia apenas a percepção sensitiva estabelecida pelo ar seco, a irritação das vias respiratórias, os olhos lacrimejantes. A cidade lembrava mesmo as descrições feitas por Engels em “a situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, cem anos antes: “... as fábricas ficam fora da cidade, propriamente dita, (...) lançando pelas chaminés espessa fumaça”. Essa descrição de Ashton não diferia na essência da SINOP de outrora e a rigor, na de hoje, cosmeticamente modernizada. Também não difere de outras cidades inglesas, descritas por Engels, ou de algumas cidades da Amazônia.

Desde a década de 70, o que mais impressionava os visitantes de Sinop era o ritmo de trabalho imprimido por aqueles que acreditavam no futuro e, portanto, no progresso. Outra marca impressionante era a fumaça que pairava como um halo opaco e cinzento sobre o espaço em constituição.

Esse amálgama de fumaça e progresso se plasmava no imaginário representado pela formalização científica de um economicismo liberal que a tudo justifica em nome de uma certa ciência. Assim, esse processo pode ser explicado como “... a razão formalista da ciência, mantendo uma estreita relação com o ceticismo ético, o que leva à ‘banalização do mal’” (Matos, 1992:243).

Assim, devidamente entronizado e banalizado, o mal exigia representações que se apresentassem como realidade. A máxima “SINOP é madeira e madeira é Sinop” *assumiu papel relevante na comunidade. Mas a fumaça impregnava mais que o imaginário das pessoas, impregnava os sentidos, entrando pelas narinas, pela pele, pelos olhos. Sua expressão mais forte será determinante no imaginário que as pessoas construirão com a falta de saúde da população, não externalizado nas falas dos moradores, daqueles dias.

* entrevista feita em Sinop em 7/7/95

A idéia de progresso no Estado de Mato Grosso, dentro de uma conjuntura de Segurança e Desenvolvimento Nacional, se apresentava como uma “necessidade de governo”. Durante a década de 80, mais especialmente a partir de 1983, assumiu um novo governo estadual, com o slogan “Progresso para todos”, prometendo, como em décadas anteriores, o governo federal, com outro dirigente populista, 50 anos em 5. A base do discurso era a construção de obras de infra-estrutura, mas principalmente asfalto e construção de rodovias. Assim, para aquela população, seria possível concretizar no presente o que se ansiava para o futuro. O asfaltamento da rodovia pretendida, como um marco definitivo do progresso e um certo e alternativo desenvolvimento, se tornava realidade. Mas a cidade pagaria um dízimo importante ao ídolo criado com a implantação do ícone progressista, a estrada: substituiria o padrão de nomes em todas as vias públicas da cidade: árvores nas avenidas e flores nas ruas. Assim, a avenida dos Mognos, principal artéria no centro da cidade, teria seu nome trocado pelo nome do ídolo progressista construído, que atendeu aos “reclamos da população”: a Av. dos Mognos passou a se chamar Av. Júlio Campos. Em meados da década de 80 a cidade ainda mantinha o seu aspecto triste, pobre e fumarento. Os pessoas não pintavam as casas de madeira, consideravam o “ambiente” cheio de pó - assim representavam a fumaça - “e não valia a pena porque a casa vivia suja...”. Isso reforçava o sentido lúgubre das moradias, conflitando com o ideário burguês, que, afinal, estava em construção, já que o processo de acumulação da riqueza se consolidava nas indústrias que modificavam seu estágio tecnológico. Ao mesmo tempo, havia a busca de definição de espaços políticos entre as lideranças locais que anteriormente tinham preocupações econômicas. Essas transformações concretizadas, no final da década, permitiriam que a lugubridade assumisse um aspecto limpo, moderno, agradável. Em a “Era do Capital”, Hobsbawn descreve com propriedade a importância da moradia burguesa, palácio da nova classe hegemônica e marco de definição como classe urbana, na Inglaterra do século XIX: “... as casas eram sólidas, um termo usado caracteristicamente para melhor elogiar uma empresa de comércio. Eram construídas para durar

para sempre (...) precisavam expressar as aspirações mais altas e espirituais da vida através da sua beleza, salvo quando expressavam através de sua mera existência como livros e instrumentos musicais (...) a parte de fora da casa parecia funcional (...) a parte interna tinha “decor”- beleza que significava decoração” (Hobsbawn, 1982:292).

Além da funcionalidade, da solidez das casas, o que chamava a atenção no texto era a necessidade espiritual de instrumentos musicais. Nesse aspecto, quando se desenvolveu a pesquisa em SINOP, foi possível perceber como grande parte da “classe inferior” necessitava de se apropriar de valores da “classe superior”, principalmente os espirituais, já que nos materiais o processo era inverso. Dessa maneira, a pequena burguesia e o proletariado da cidade adotaram as “necessidades espirituais, expressadas pelos instrumentos musicais”, já que aqueles valores, segundo aquele autor, pertenciam à burguesia, no século passado, que tinha no piano a forma de expressar sua espiritualidade no lar burguês. Cem anos depois, em SINOP, serão os instrumentos eletrônicos que oferecerão música às residências dos trabalhadores, na forma de rádio ou toca-fitas, e também a televisão - a rainha da sala, quase um membro da família, chamados sempre à presença quando das entrevistas.

5.7 - FANTASMAS, PROGRESSO E OS SUBTONS DO PROCESSO

É interessante observar que a fumaça enquanto progresso deixou suas marcas em diversos pontos do mundo, e o brilhante trabalho de Hardman demonstra isso na sua discussão sobre o Trem Fantasma, em Rondônia, que “na lonjura fumarenta e brumosa, tingida de vermelho pelos últimos raios do purpúreo e sangrento sol da tarde, sob os efeitos da transfiguração do crepúsculo somados ao vapor e de miríades de cintilações diamantinas” (Hardman, 1988 , p.32). Poético e fantasmagórico.

Aliás, essa percepção fantasmagórica do progresso tem sido apresentada como que por uma sombra, encoberta por uma mortalha, que usa instrumentos ceifadores de vida, a morte. As falas e escritos das pessoas da cidade têm revelado com alguma constância esses fantasmas do progresso, que se

encobrem com o discurso intimidador dos empregos, da arrecadação, mas mantêm a ceifadeira sempre brandindo e sendo usada especialmente em direção às crianças. No levantamento feito em julho de 1995, constatou-se que mais de 60% em média dos diagnósticos apresentados nos relatórios de pediatria, nos postos de saúde de janeiro a junho de 1995, evidenciavam agravo no quadro respiratório, certamente em decorrência da fumaça. Mas esse quadro de fantasmagoria já era revelado por um passageiro na primeira viagem de trem “apenas se pode distinguir a imagem, porém à medida que avança desde o ponto focal, parece crescer mais além de todo o limite. Dessa maneira uma locomotiva, à medida que se acerca, parece aumentar o tamanho rapidamente, como se quisesse preencher por completo todo o espaço compreendido entre as valetas” (Apud, Hardman, op cit.). Se na descrição de Stanley, o passageiro de 200 anos antes se refere à locomotiva e à relação com o observado como algo fantasmagórico, na sua aproximação, a representação expressada pela possibilidade de acidente de trânsito em SINOP, onde o automóvel, o pedestre ou o outro automóvel, mediado pela fumaça, que tanto preocupou os edis da comissão de ecologia e meio ambiente da Câmara Municipal, no parecer sobre a lei que proibia a queimada de resíduos, parecia algo sobrenatural: “considerando a fumaça que se acentua consideravelmente neste período de seca, quando a produção das indústrias madeireiras aumentara, qual além de prejudicar a visibilidade no tráfego, prejudica a saúde de muitas famílias no bairro industrial” (parecer 002/91-CEM, CMS). A leitura desse documento evidencia a ordem de preocupação que os fantasmas causam à população, na visão dos edis sinopenses. Em primeiro lugar, considerar que a produção da fumaça é causada pela natureza, portanto além das possibilidade de se atuar na questão- “acentuada neste período de seca”; em segundo lugar, a existência de uma produção madeireira, dada como neutra no processo de desdobro, industrialização e beneficiamento e no agravamento das condições ambientais de que trata o projeto; terceiro, a consequência da fumaça para a população cujo prejuízo mais imediato é o da visibilidade do tráfego, portanto para aquela parte da população que tem veículos automotores e que transita pela cidade agravando a qualidade do ar; e por último, com a saúde da população que recebe “das indústrias uma grande carga poluidora de gases e permanecer em suspensão e de passarem para as vias detritos

sólidos sob a forma de finas partículas, capazes de respiratórias do homem e dos animais, ou de se depositarem, depois de terem sido transportadas por distâncias consideráveis (Dorst, 1973:247).

Mas a decretação e proibição de queimadas têm momentos parlamentares anteriores, como por exemplo no século XVII, quando “um decreto proibia que se ateasse fogo durante as sessões do parlamento, na Inglaterra, dentro da própria Londres”. Interessante observar que a preocupação era “quando houvesse sessão do parlamento”. Quando foi apresentado o projeto que deu origem à lei proibindo a queima de resíduos, em SINOP, a Câmara Municipal se apresentava com uma fumaça extremamente forte naquela noite. Portanto o impacto foi muito grande (entrevista com o vice prefeito da cidade, na época vereador). Assim, pretendia a representação política de SINOP minimizar não apenas o impacto ambiental, mas também melhorar o aspecto visual da cidade, pois a legislação estabelecida pelo Decreto 219/91 de 23 de outubro de 1991 dizia no artigo primeiro que ficava terminantemente (sic) proibida a queima de resíduos industriais, de qualquer natureza, no perímetro urbano de SINOP. Já no artigo segundo, relativizava “o terminantemente”, permitindo que “as indústrias madeireiras somente queimassem em fornos específicos àquele fim”. E no artigo terceiro dava um prazo “de 12 (doze) meses para providenciarem a construção dos fornos para a queima dos resíduos, sob pena de terem seus alvarás suspensos, até que se regularize a situação em pendência”. Até julho de 1995 nenhum alvará foi cassado, no entanto, em janeiro, 37,17% dos atendimentos pediátricos em um posto de saúde daquela cidade eram decorrentes de bronquite, infecção nas vias respiratórias, amigdalite, gripe, asma, pneumonia e otite. Em fevereiro, os 81 casos representaram 46,55%, em março, 59,48%, em abril, 62,26% e em maio, 66,33%, o que significa aproximadamente mais de 60% dos diagnósticos. Assim, a representação do ponto de vista da saúde pública existe de uma maneira inofismável tanto quantitativamente quanto qualitativamente. Ainda que haja dúvidas do ponto de vista oficial quanto à estatística, considerando as questões conjunturais que envolvem o Sistema Único de Saúde no país, os profissionais registram o procedimento mais próximo do diagnóstico real, que melhor remunere. (Entrevista com o Secretario de Saúde do Município em 10/7/95, 16:45h).

Ainda que haja evidências empíricas e os fenômenos se expressem de maneira definitiva, ainda ocorrem dissimulações e fugas no tratamento do problema, devido ao poder exercido com uma violência muda sobre a população pela indústria madeireira que conhece o problema, mas se expressa através de chantagem: "... qualquer pessoa sabe - até os menos avisados - que o setor madeireiro para continuar produzindo, gerando e recolhendo tributos, oferecendo empregos junto com habitação, água, energia elétrica e assistência social, que às vezes nem é sua responsabilidade, necessita descartar resíduos". Inicia-se assim uma nota do Sindusmad - Sindicato da Indústria da Madeira no Norte Mato-Grossense, de 06 de julho de 1995, como resposta à campanha que a Prefeitura Municipal e Câmara Municipal vinham fazendo para cumprir a lei anteriormente votada e sancionada. Percebe-se que a afirmativa pretende dizer que não há qualquer procedimento técnico para minimizar o descarte de resíduos, portanto a fumaça deve ser mantida. E desafia mais adiante o poder público a cassar os alvarás das indústrias, ou seja, a fumaça é um mal necessário para que sejam mantidos os empregos, a habitação, a água, a energia elétrica, a assistência social (o que seria isso?). Mas as representações não precisam ter qualquer relação com a realidade. Dessa forma, o documento é um primor para efeito deste estudo, quando nega conhecer alternativas técnicas que conhece e que financia ou financiou. Chantageia o poder público, colocando termos dúbios no fecho do artigo (nota): "a indústria madeireira ainda acredita em SINOP". O mais curioso é que se auto-representa como "a força", "a vocação", "o esteio econômico sinopense" e ameaça sair de Sinop. Como se fosse possível produzir em qualquer lugar aquilo que "os dados dignos de nota" apresentam. Portanto, esse documento apresenta com clareza a representação social da fumaça para a indústria que, além de não assumir o seu papel, ainda busca transferir grande parte dessa realidade para outro segmento hegemônico social, que na verdade tem elementos nos dois setores. Aliás um grande contingente madeireiro é também pecuarista, assim como a classe médica que tem notáveis investimentos na atividade pecuária, denunciada também no documento como responsável pela fumaça.

5.9 - E A POPULAÇÃO, COMO REPRESENTA A FUMAÇA?

Curiosamente a população tem diversos nomes para chamar fumaça: nomina-a poeira, pó, cerração, sujeira. Para uma entrevistada que mora em uma cidade próxima, há 8 anos, com as mesmas características de SINOP, a poeira (como chama) é responsável por ela passar mal com bronquite alérgica, causada pelo pó da cidade. Ameniza os efeitos ambientais com inalação. Quando fez a entrevista, estava atacada pelos efeitos da fumaça em Sinop. Disse que sua filha de dois anos tem gripes constantes e alguns problemas respiratórios. No mesmo dia 10 de julho de 1995, outra entrevistada, que estava grávida, informou que a mãe tem bronquite alérgica devido à fumaça da cidade. No dia seguinte, as entrevistas foram feitas em serrarias, onde se verificou que uma criança fora internada na semana anterior com problema respiratório. A reclamação mais constante é o preço pago pelos serviços de saúde, principalmente quando o serviço é noturno, período em que a incidência da doença é maior, isto é, quando ocorre um resfriamento na faixa superior da atmosfera, que força a fumaça despejada durante o dia a ser comprimida e permanecer no nível da cidade. O serviço público não atende à noite, e os hospitais existentes na cidade são todos privados. Dessa forma, quando ocorre uma crise de asma durante a noite, as despesas para o tratamento ficam em torno da metade da renda de um trabalhador da indústria madeireira, que “é parcelado pela empresa em diversas vezes”. Assim, observa-se que a fumaça como representação social para o trabalhador existe como doença respiratória, despesas de tratamento, perigo de desemprego.

Mas há quem entenda que o problema de poluição seja uma questão distante, ligada à camada de ozônio, como a televisão teima em noticiar, ou que o problema não afete os ricos da cidade.

- BERMAN, MARSHALL. **Tudo que é solido desmancha no ar- aventura da modernidade**, Cia. da Letras, 1986, São Paulo.
- DURKEIN, E. **Les Formes élémentaires de la vie religieuse**, Paris, PUF, 1968.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**, Global, 2 edição, 1985, RJ.
- GUERRERO, J.S.J. **Referências ambientais, uma ajuda para avaliar melhor os estudos sobre o meio ambiente**, in. Revista de Economia Rural, Viçosa, MG. 5(3/4).
- HARDMAN, F.F. **Trem Fantasma - a modernidade da selva**, Cia. das Letras, São Paulo, 1988.
- HOBBSAWM, E.J. **A era do Capital**, Paz e Terra, 3ª edição, Rio de Janeiro, 1982.
- _____ **A era das Revoluções**, Paz e Terra, 5ª edição, Rio de Janeiro, 1982.
- NISBET, R. **História da Idéia de Progresso**, INL / UNB 1980, Brasília.
- OLIVEIRA, JOÃO MARIANO. **A esperança vai na frente, contribuição ao estudo da pequena produção em Mato Grosso, o caso de SINOP**, dissertação de mestrado USP, mimeo, São Paulo, 1983.
- JORNAL DIÁRIO DO NORTE, n.º 10, 07/07/95, SINOP.